



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 177/CG/CMPV-2025

PROCESSO ELETRÔNICO	00600-00023532/2025-11-e
ORIGEM:	DFD Nº 44/2025 – DCPA/CMPV (e-DOC 27B30DB6)
OBJETO:	Aquisição de bens de consumo/gêneros alimentícios
VALOR TOTAL ESTIMADO EMPRESA COTANTE MENOR PREÇO	R\$ 61.989,00 (Sessenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais)
ASSUNTO:	Análise e Emissão de Parecer quanto à Dispensa de Licitação.
PARECER JURÍDICO:	Nº 63/PG/CMPV/2025 (e-DOC 9CDDCC38)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCSC, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00023532/2025-11-e, advindo da Douta procuradoria Geral, que trata da contratação de empresa especializada em fornecimento de material de consumo (gêneros alimentícios), com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme Termo De Abertura De Processo (e-DOC 4CE879B8), documento de Formalização da Demanda – DFD Nº 14/2025-DCPA/CMPV (e-DOC 27B30DB6), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 01/2025 (e-DOC 821B952D) e do Termo de Referência Nº 1/2025(e-DOC 17289BA5), cujos os bens a serem adquiridos segue descrito conforme item 3.3 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO, a saber:

Item	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade
01	Açúcar cristal branco puro e natural, embalados em pacotes de dois quilos, contendo data de fabricação e	PCT	500



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.		
02	Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, aroma natural de chocolate, sem corantes artificiais, sem glúten. Pacote com 400 gramas. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data de entrega.	PCT	100
03	Café em pó torrado e moído, empacotado a vácuo, pacote de 500g com selo de pureza abic. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 11 meses a partir da data da entrega.	PCT	600
04	Biscoito salgado, tipo "cream cracker", embalado em saco plástico, pacote de 400gr. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
05	Biscoito doce - tipo maisena. Embalado em saco plástico, pacote com 400g. (3x1). Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
06	Leite uht integral ultra pasteurizado, em embalagem asséptica que garanta todas as qualidades nutritivas e naturais do leite, em embalagem com 01 litro. Com validade não inferior a 04 meses da data da entrega.	LT	180
07	Polpa de fruta, natural sabor	PCT	100



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	goiaba, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.		
08	Polpa de fruta, natural sabor maracujá, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
09	Polpa de fruta, natural sabor cupuaçu, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
10	Polpa de fruta, natural sabor cajú, embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.	PCT	100
11	Polpa de fruta, natural sabor cajá,	PCT	100



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	embalagem com identificação do produto, contendo marca do fabricante. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Acondicionada em pacote de 01 (um) kilo. Com prazo de validade não inferior a 11 meses da data da entrega.		
12	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA DE 180 ml, Aplicação: Servir bebidas quentes ou frias para consumo imediato. - Descrição: Fabricação em material biodegradável atóxico de primeira qualidade e sem uso. Os copos devem ser homogêneos, não parafinados, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. Não devem apresentar sujidade, interna ou externamente. Durante a utilização devem suportar as condições de uso a que se destinam, como temperatura e umidade, sem apresentar vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, bem como estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 14865/2002 vigentes sobre o produto. Capacidade Volumétrica: 180 - Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote	CX	100
13	COPO DESCARTÁVEL 50ML confeccionado com resina	CX	60



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	<p>termoplástica branca ou translúcida. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. deverão atender as condições da NBR 14.865 e NBR 13.230 as ABNT. Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem. Acondicionamento: Pacote</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

No e-DOC 821B952D, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 01/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação.

No e-DOC 17289BA5, constata-se o Termo de Referência como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (Açúcar, café, achocolatado e outros)”, o que realmente foi solicitado.

Consta, nos e-DOC 92C820CC, e-DOC 4B597E00 e e-DOC 08B8216B, as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios, elaborado pela Divisão De Compras E Instrução



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

Processual, devidamente assinado pela servidora Rosalia Gomes Da Costa - Chefe da Divisão, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“A.C.F MOREIRA – ME, CNPJ 14.410.553/0001-27, com o valor total R\$ 61.989,00 (Sessenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais),** conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP – CNPJ 05.555.440/0001-29	R\$ 62.723,00
A.C.F MOREIRA – ME – CNPJ 14.410.553/0001-27	R\$ 61.989,00
RENATO RODRIGUES CASTRO – CNPJ 49.181.105/001-83	R\$ 62.134,00
MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)	R\$ 62.282,00

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 63/PG/CMPV/2025 (e-DOC 9CDDCC38 - peça 33), doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação, ressaltando que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.”*

No e-DOC 4AD1B070 – peça 29, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 19/2025 – no elemento 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO –, **no valor TOTAL de R\$ 61.989,00 (Sessenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais)**, atendendo assim, o que declina o artigo 14 da respectiva Lei de Licitação, que assim reza:

Art. 14.

Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo farta documentação da empresa ofertante do menor preço, como se observa nas peças 12 a 27, tais como certidões negativas exigidas em leis - devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, todavia não foi acostada aos autos a respectiva confirmação de autenticidade das certidões, as



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa pela Divisão de Contratos - , atestado de capacidade técnica, documento de habilitação, Cadastro Nacional De Pessoa Jurídica, balancetes.

Contudo, não vislumbramos o contrato social consolidado e documento dos sócios, confirmando assim a existência jurídica bem como as atividades econômicas de acordo com o objeto ora contratado, da empresa que apresentou a menor proposta de preço.

No e-DOC 2E4C99D0, encontra-se acostado a análise técnica da comissão permanente de licitação acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

À
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

1 – Anexar aos autos processuais o contrato social consolidado e documento dos sócios, confirmando assim a existência jurídica bem como as atividades econômicas de acordo com o objeto ora contratado, da empresa que apresentou a menor proposta de preço;

2 – Anexar as respectivas confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa.

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA;

- 1- Tomar conhecimento deste parecer
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

A
DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de R\$ 61.989,00 (Sessenta e um mil, novecentos e oitenta e nove reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC 4AD1B070 – peça 29, descriminando o item de



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

acordo com o detalhamento da nota de pré-empenho, observando as orientações dessa Controladoria.

A
PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 26 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral CMPV
Dec. 555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 26/06/2025, 11:02:04